

A EVOLUÇÃO DO IEGM NAS MICROREGIÕES DO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE COMPARATIVA DA EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DE 2015 A 2020

Rena Santiago Pontes¹, Álvaro Fabiano Pereira de Macedo²

RESUMO

O estudo trata da avaliação da gestão pública nas microrregiões do Rio Grande do Norte, utilizando o Índice de Efetividade da Gestão Municipal entre os anos de 2015 e 2020. Os objetivos incluem observar as variações nos resultados do IEGM nas microrregiões do Rio Grande do Norte entre 2015 e 2020. Os objetivos específicos foram: compreender a relevância do IEGM na avaliação da gestão pública municipal, identificar as variações de desempenho entre as microrregiões e realizar um comparativo dos índices ao longo do período analisado. Para isso, a pesquisa foi realizada a partir de um estudo quantitativo e descritivo, utilizando dados para medir e comparar o desempenho das gestões municipais. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, com informações públicas do IEGM disponíveis em relatórios do Tribunal de Contas do Estado, e a amostra foi composta pelas 19 microrregiões do estado do RN. Os resultados da pesquisa mostraram variações no desempenho em áreas como educação, saúde, gestão fiscal e meio ambiente. A gestão pública apresentou um desempenho mediano, com oscilações que refletem tanto esforços quanto dificuldades, especialmente em resposta à pandemia. Por fim, conclui-se pela necessidade de políticas públicas mais consistentes e investimentos estruturais para promover melhorias efetivas nos municípios do estado.

Palavras-chaves: Índice de efetividade da gestão municipal; gestão pública; indicadores de gestão; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The study examines public management performance in the microregions of Rio Grande do Norte, using the Municipal Management Effectiveness Index (IEGM) from 2015 to 2020. The objectives include analyzing changes in IEGM results across the microregions of Rio Grande do Norte over this period. The specific aims were: to understand the importance of the IEGM in evaluating municipal public management, to identify performance variations among the microregions, and to conduct a comparative analysis of the index over the years studied. To achieve this, a quantitative and descriptive study was conducted, utilizing data to measure and compare the performance of municipal management. Data collection was carried out through document analysis, drawing on public information from IEGM reports provided by the State Court of Auditors, and the sample included all 19 microregions of the state of Rio Grande do Norte. The research findings revealed variations in performance across areas such as education, healthcare, fiscal management, and the environment. Public management showed an average level of performance, with fluctuations reflecting both efforts and challenges, especially in response to the pandemic. In conclusion, the study underscores the need for more consistent public policies and structural investments to promote effective improvements in the municipalities within the state.

¹ Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. renasantiago94785318@gmail.com

² Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. alvarofabiano@ufersa.edu.br

Keywords: Municipal management effectiveness index; public management; management indicators; Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Norte, localizado na região Nordeste do Brasil, é dividido em quatro mesorregiões — Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar — e 19 microrregiões, que incluem Agreste Potiguar, Angicos, Baixa Verde, Borborema Potiguar, Chapada do Apodi, Litoral Nordeste, Litoral Sul, Macaíba, Macau, Médio Oeste, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu (IBGE, 2017). Essas microrregiões são definidas com base em suas características econômicas, sociais e ambientais, com cada uma apresentando atividades predominantes, como agricultura, indústria, mineração ou pesca, além de levar em consideração os recursos naturais e as particularidades produtivas de cada localidade.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é utilizado como um método para avaliar a eficiência dos municípios de um estado, medindo o alinhamento das ações governamentais com as necessidades da população por meio de indicadores em sete áreas da gestão pública (Amorim, 2017). O IEGM além de auxiliar na fiscalização e controle da gestão pública, promovendo transparência e eficiência no uso dos recursos (TCESE, 2020), também fortalece o controle social e incentiva o desenvolvimento de boas práticas administrativas (Novo, 2022).

A necessidade de avaliar a gestão pública de maneira eficiente é importante para o aprimoramento das políticas públicas, especialmente em estados com tantas particularidades regionais como o Rio Grande do Norte. O estudo do IEGM por microrregiões pode oferecer um diagnóstico acerca das disparidades na gestão pública, concedendo subsídios para uma melhor aplicação dos recursos e maior alinhamento com as demandas locais. Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para o aprimoramento da governança, proporcionando informações úteis para gestores e cidadãos.

No site do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCERN), é possível consultar o IEGM tanto por municípios quanto por microrregiões. O presente trabalho analisou o IEGM com foco nas microrregiões, buscando compreender as variações regionais na gestão pública e identificar como as características econômicas e geográficas influenciam a administração municipal em cada área. Assim, pretendeu-se responder ao seguinte questionamento: “Como a gestão pública das microrregiões do Rio Grande do Norte tem sido desenvolvida a partir dos resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) no período de 2015 a 2020?”. O período selecionado para a análise foi determinado em função da realização do IEGM pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) durante esse intervalo de tempo, conforme apresentado em seu site oficial.

Dessa forma, o objetivo geral consistiu em observar as variações nos resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nas microrregiões do Rio Grande do Norte no período de 2015 a 2020. Para isso, os objetivos específicos são: observar o desempenho do IEGM na avaliação da gestão pública municipal do estado do Rio Grande do Norte; identificar as variações de desempenho entre as microrregiões e realizar um comparativo de cada índice no período dos seis anos analisados.

O estudo será dividido em duas etapas principais. A primeira consistirá em uma pesquisa bibliográfica sobre o IEGM, explorando sua relevância como ferramenta de controle e planejamento na gestão pública. Além disso, essa fase tratará o contexto das microrregiões do Rio Grande do Norte e os métodos para avaliar a efetividade da gestão pública. A revisão da literatura fornecerá o aporte teórico, destacando as divisões regionais e suas

particularidades econômicas, sociais e geográficas.

Na segunda fase, serão analisados os resultados do IEGM nas 19 microrregiões do Rio Grande do Norte, utilizando dados disponibilizados no site do Tribunal de Contas do Estado. A análise abrangerá os anos de 2015 a 2020, permitindo uma avaliação longitudinal da gestão pública no estado. Os resultados serão comparados entre as microrregiões, destacando as áreas que apresentam melhor desempenho e as que necessitam de maior atenção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) se apresenta como uma ferramenta para compreender a qualidade da gestão pública nas diversas esferas municipais, refletindo a eficiência das políticas implementadas. No contexto das microrregiões do Rio Grande do Norte, o IEGM além de comparar as disparidades entre diferentes localidades, também destaca os desafios enfrentados por cada uma delas em sua busca pela melhoria contínua da administração pública.

Fatores como a estrutura administrativa, a capacitação dos gestores, a participação da sociedade civil e a disponibilidade de recursos financeiros exercem influência direta sobre a efetividade da gestão municipal (Amorim, 2017), tornando importante uma análise acerca desses elementos, com o intuito de melhorias quanto a governança local.

2.1 O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e sua relevância para a gestão municipal

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é formado por indicadores que buscam evidenciar o grau de alinhamento entre as ações dos governos e as demandas das comunidades (Amorim, 2017). Os critérios utilizados são organizados em sete áreas da gestão pública: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção das Cidades e Governança da Tecnologia da Informação. Conforme o TCESE (2020), esses índices setoriais são consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático, que tem o objetivo de avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas dos gestores municipais, focando na análise da infraestrutura e dos processos dos entes municipais.

Referidos elementos, para Amorim (2017), são importantes para avaliar a eficiência da gestão municipal, sendo uma ferramenta de grande relevância tanto para a população quanto para os gestores, como Prefeitos e Vereadores, na avaliação de resultados, reorganização da administração e reavaliação das prioridades e do planejamento. Ao longo do tempo, essa avaliação ajuda a esclarecer se os objetivos estratégicos e a visão dos municípios estão sendo atingidos de forma eficaz, sendo utilizado como uma ferramenta técnica nas análises das contas públicas, mantendo o foco no planejamento e nas necessidades da sociedade (TCESE, 2020).

Além disso, Amorim (2017) afirma que o IEGM também serve como um instrumento fundamental para o aprimoramento da fiscalização municipal, destacando áreas que exigem maior atenção. Dessa forma, os Tribunais de Contas podem utilizar esses critérios para avaliar a gestão pública e os resultados obtidos nos municípios brasileiros, complementando os métodos tradicionais de controle.

Esse novo modelo de avaliação de gestão passa pela mudança de comportamento das atividades fiscalizatórias tradicionais. Doravante, busca-se aplicar critérios técnicos e objetivos metodologicamente estabelecidos, aliados à criação de indicadores finalísticos, com vistas a garantir uma convergência de interesses entre a gestão pública e o planejamento estatal. Nessa perspectiva, o IEGM será composto a partir de três ordens de informações: a) dados governamentais; b) auditorias externas

a cargo dos Tribunais de Contas; c) informações levantadas por questionários preenchidos pelo município fiscalizado (Amorim, 2017, p. 5).

Sua proposta é avaliar a gestão municipal de forma total, evitando que os gestores concentrem sua atenção apenas em uma ou algumas das dimensões analisadas. O índice tem como objetivo mostrar as áreas que requerem mais qualidade nos gastos públicos, considerando que uma gestão municipal efetiva é aquela que cobre todos os aspectos do bem-estar social. A metodologia do IEGM inclui características de controle externo, como a especificidade, medindo claramente aspectos da gestão; a mensurabilidade, permitindo quantificar o desempenho dos municípios; a acessibilidade, sendo usado para planejar a fiscalização; a relevância, como ferramenta de controle da governança; e a oportunidade, elaborado a tempo de ser usado nas atividades de fiscalização (TCESE, 2020).

Segundo Novo (2022), o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) tem várias utilidades, tanto institucionais quanto sociais. Quanto ao primeiro, o autor aponta que contribui para induzir melhorias na gestão pública municipal e reforçar o controle interno dos municípios. Ele auxilia na seleção de objetos de auditoria e possibilita o intercâmbio de questões de controle de maneira sistemática com outros Tribunais de Contas (TC). Além disso, monitora os esforços dos gestores na implementação de políticas públicas e serve como fonte de informações sob demanda do Secretário Geral.

Internamente, o índice também pode pautar a comunicação e a integração do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e sugerir cursos voltados à capacitação técnica de seus jurisdicionados. Outras utilidades incluem a disseminação de jurisprudências do TCE-RJ, o fornecimento de dados para relatórios técnicos e gerenciais, a organização do levantamento normativo dos órgãos fiscalizados e o incentivo à cultura de análise de dados no sistema de controle público. Outrossim, o IEGM contribui para acelerar a integração de cadastros e sistemas de informação, aproximando o TC de instituições acadêmicas (Novo, 2022).

Socialmente, Novo (2022) aponta que o índice permite a criação de estratégias de comunicação com a sociedade e outros atores externos, fomentando soluções conjuntas para problemas estruturais dos municípios, promove a transparência de dados municipais e mapeia boas práticas de sucesso, fornecendo dados validados ao público, facilita a comunicação com os cidadãos, fornecendo informações de maneira dialógica e conectada à realidade local, ao mesmo tempo em que divulga como os gestores municipais operam para atingir seus objetivos. O instrumento também amplia o controle social e o interesse pela boa gestão dos recursos públicos, bem como facilita a disseminação de informações de controle externo por meio das redes sociais.

Diante da importância da gestão municipal no desenvolvimento das comunidades, já que é responsável por implementar políticas públicas que atendam diretamente às necessidades locais. Nesse contexto, o índice é uma ferramenta que auxilia na avaliação da eficiência dessas ações. Ao oferecer uma análise objetiva das diversas áreas da administração pública, o IEGM coopera para que gestores e órgãos de controle identifiquem oportunidades de melhoria, garantindo maior transparência, controle social e otimização dos recursos públicos. Dessa forma, entende-se que este fortalece a gestão municipal, promovendo uma governança mais responsável e alinhada às demandas da sociedade.

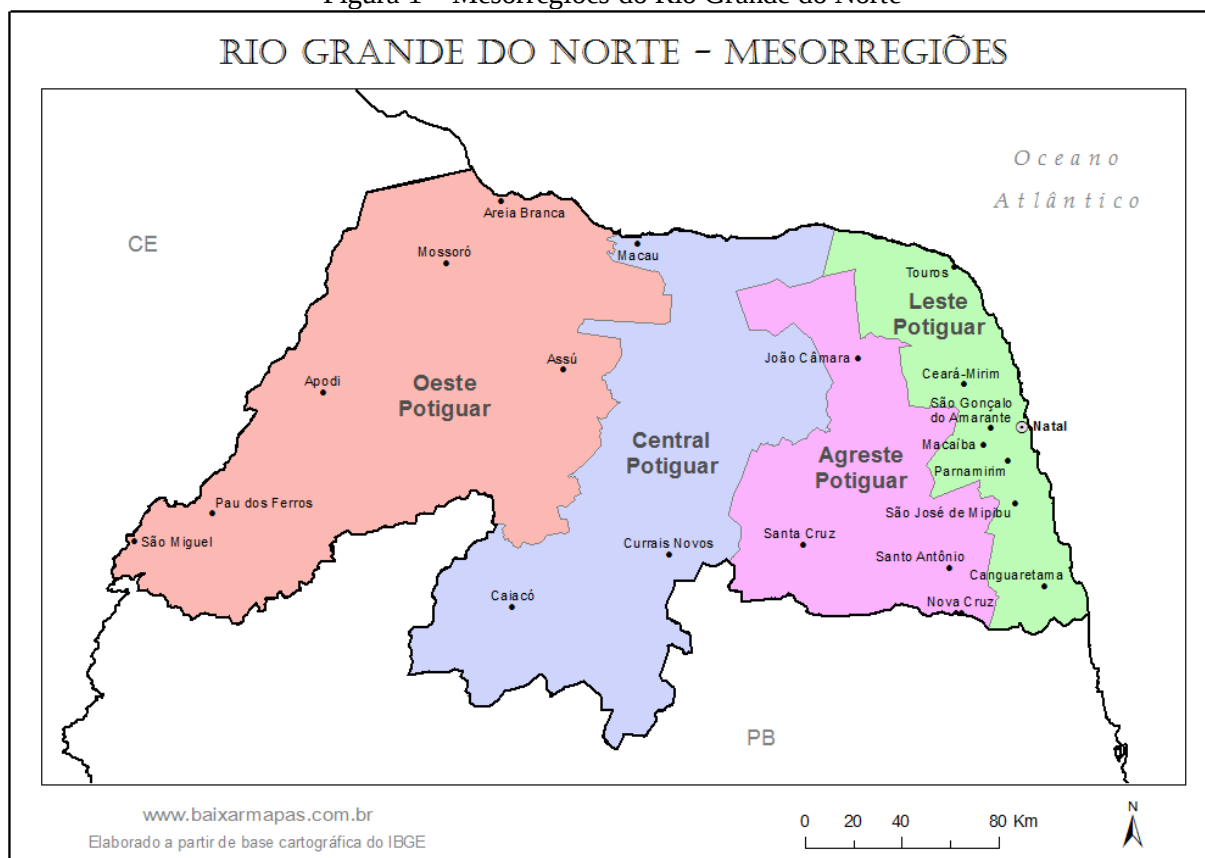
2.2 Contexto das microregiões do Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte localiza-se na região Nordeste, fazendo fronteira com o Oceano Atlântico, a Paraíba e o Ceará. Com uma extensão territorial de 52.811,107 km², o estado é composto por 167 municípios. Conforme o último censo, em 2022, o estado contava com 3.302.729 habitantes (IBGE, 2022).

Na economia, o estado se destaca no setor de serviços, com ênfase no turismo, na fruticultura, na produção de sal, na carcinicultura e na atividade petrolífera, entre outros. Ao analisar a distribuição populacional por município, nota-se uma grande desigualdade entre algumas cidades, especialmente as três mais populosas: Natal, Mossoró e Parnamirim (Silva *et al.*, 2023).

Segundo o IBGE (2017), uma mesorregião é caracterizada como uma área dentro de uma unidade federativa, cuja organização do espaço geográfico é influenciada por três aspectos principais: o processo social, que atua como fator determinante; as condições naturais, que desempenham um papel de condicionantes; e a rede de comunicação e de lugares, que contribui para a articulação espacial. No Rio Grande do Norte, as mesorregiões são divididas em: Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar, divididos conforme a Figura 1.

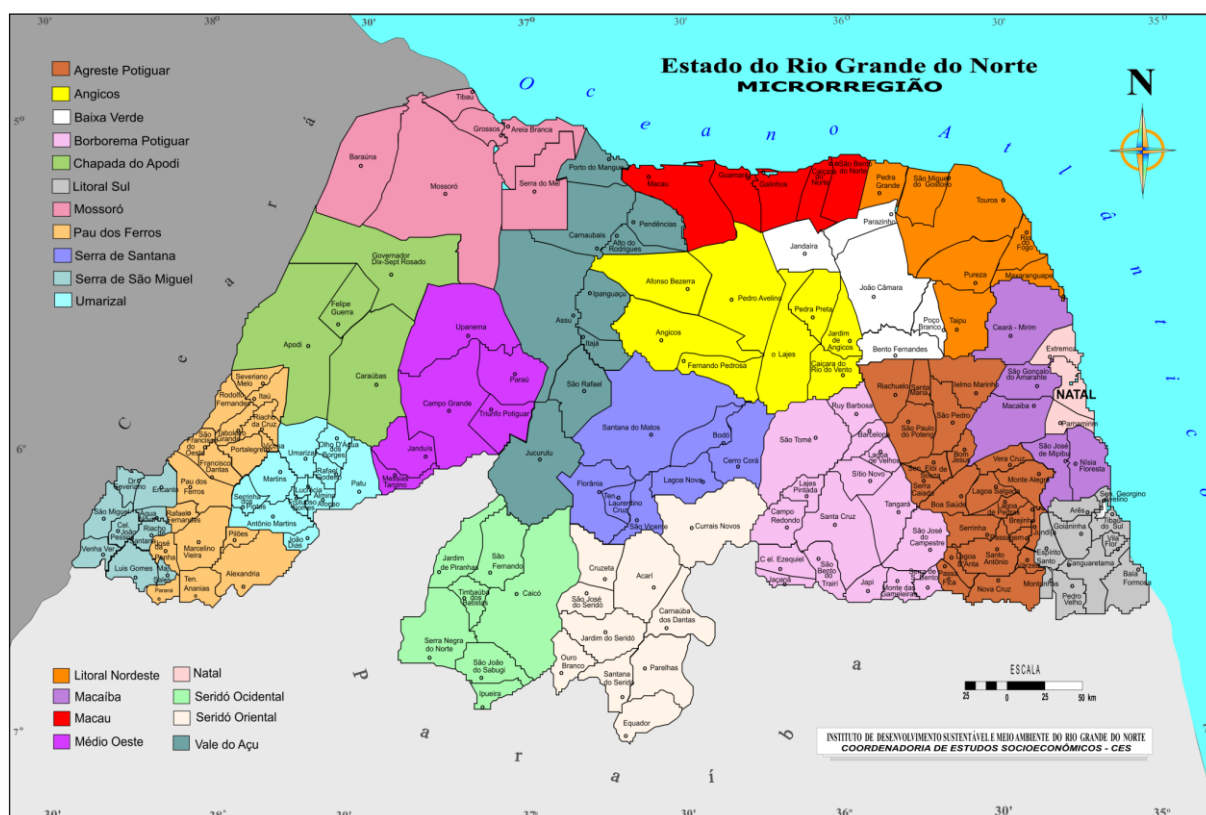
Figura 1 – Mesorregiões do Rio Grande do Norte



Fonte: Baixar Mapas (s.d.)

Já as microrregiões, que fazem parte das mesorregiões, são definidas com base em suas particularidades produtivas, seja no setor agropecuário, industrial, extrativo mineral ou pesqueiro. Além disso, essas regiões são analisadas levando em consideração aspectos naturais, relações sociais e econômicas, assim como a capacidade de atender às demandas locais por meio de comércio e serviços básicos (IBGE, 2017). No Rio Grande do Norte, existem 19 microrregiões (Figura 2): Agreste Potiguar, Angicos, Baixa Verde, Borborema Potiguar, Chapada do Apodi, Litoral Nordeste, Litoral Sul, Macaíba, Macau, Médio Oeste, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu.

Figura 2 – Microrregiões do Rio Grande do Norte



Fonte: IDEMA (2014)

Para esta pesquisa, serão analisados os índices do IEGM por microrregiões do Rio Grande do Norte, com o intuito de observar uma visão específica das particularidades de cada área. Dessa maneira, haverá possibilidade de analisar as variações regionais na gestão pública, considerando que as microrregiões possuem características econômicas, sociais e geográficas distintas entre si, mas semelhantes nos municípios que compõem cada uma delas.

2.3 Fatores que influenciam a efetividade da gestão municipal

O estudo de Malheiro (2018) observou que a formulação de políticas públicas segue um ciclo composto por várias etapas, que incluem a identificação de problemas, definição de prioridades, formulação de alternativas, implementação e, por fim, avaliação. A fase de avaliação é fundamental para monitorar e mensurar o desempenho da gestão pública, tanto para gestores quanto para a população no controle social. Avaliar políticas públicas exige um maior conhecimento em comparação com a simples avaliação de desempenho, pois envolve critérios como eficiência, eficácia e, principalmente, a efetividade, que requer a demonstração de que os resultados obtidos estão diretamente ligados às ações da política implementada.

Para Lanis e Bueno (2020), uma gestão orçamentária eficiente é uma ferramenta de suma importância de planejamento, ajudando as organizações a atingir suas metas e objetivos estabelecidos. O objetivo da pesquisa dos autores foi analisar os fatores políticos, econômicos e sociais que podem influenciar a eficiência da gestão orçamentária nos municípios. Os resultados indicaram que a eficiência orçamentária é impactada por fatores sociais, como o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o tamanho da população. Em termos econômicos, a inflação tem um efeito negativo, enquanto o Índice Firjan de Gestão Fiscal impacta positivamente. Assim, o estudo de Lanis e Bueno (2020) sugere que municípios com

maior IDHM e populações menores tendem a gerenciar seus orçamentos de melhor forma, e que períodos de inflação reduzem a eficiência no controle do planejamento orçamentário.

O IEGM foi destacado por Malheiro (2018) como um instrumento importante para medir a efetividade da gestão municipal em áreas como educação, saúde, planejamento, gestão fiscal e outras. O estudo apontou que a efetividade da gestão pública está relacionada a fatores como maior nível de escolaridade e experiência política dos gestores, maior PIB per capita, maior arrecadação própria dos municípios e menores níveis de desigualdade de renda. Outrossim, municípios de médio e grande porte, assim como os localizados nas regiões Sul e Sudeste, tendem a apresentar melhores resultados. Já aqueles situados no Norte e Nordeste, bem como os de pequeno porte, registram, em média, resultados inferiores.

Essa análise da efetividade da gestão pública é ainda mais enriquecida pelas sugestões de Araújo *et al.* (2021), que enfatizam a importância de um controle rigoroso dos gastos públicos e da transparência nas contas como elementos fundamentais para alcançar os resultados esperados. Os autores enfatizam a importância de melhorar a transparência das informações governamentais e de intensificar a fiscalização por parte dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) por meio de auditorias que acompanhem de perto a gestão dos municípios. Atualmente, o modelo de auditoria predominante no Brasil tende a identificar a corrupção somente após sua ocorrência, ao invés de preveni-la desde o início.

Por esse motivo, é proposta a necessidade de investir na capacitação das assessorias, de forma a aprimorar a apresentação das contas públicas municipais. Além disso, Araújo *et al.* (2021) destacam que os tribunais de contas, em parceria com o IEGM, devem desenvolver mecanismos que permitam comparar as informações fornecidas pelos municípios, o que ajudaria a identificar a real situação fiscal e financeira de cada ente, melhorando os critérios de tomada de decisão e o nível de transparência nas prestações de contas.

Em conclusão, a efetividade da gestão municipal é um aspecto necessário para o desenvolvimento social e econômico dos municípios, sendo influenciada por uma variedade de fatores políticos, econômicos e sociais. Nesse contexto, o IEGM serve como uma ferramenta para medir a qualidade da gestão em áreas essenciais, revelando disparidades regionais que devem ser discutidas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal das microrregiões do Rio Grande do Norte, realizada entre 2015 e 2020, caracteriza-se como quantitativa e descritiva. A abordagem quantitativa é apropriada para este estudo, pois se fundamenta na análise de dados numéricos, o que possibilita medir e comparar o desempenho das gestões municipais ao longo do período estudado. Segundo Soares *et al.* (2019), os métodos quantitativos são empregados quando o objetivo é mensurar opiniões e comportamentos a partir de uma amostra representativa do universo de estudo.

A pesquisa também é descritiva, pois busca mapear as características da efetividade da gestão municipal, conforme explica Gil (2002), ao destacar que esse tipo de estudo busca descrever características de uma população ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. Além disso, a metodologia empregada foi de levantamento, já que a pesquisa coletou dados públicos do IEGM, permitindo uma análise sistemática e baseada em evidências, como sugere Gil (2002), ao afirmar que levantamentos envolvem a solicitação de informações a um grupo representativo para obter conclusões quantitativas sobre o problema estudado.

A população desta pesquisa compreende todos os municípios que compartilham características definidas para o estudo, ou seja, os municípios do Rio Grande do Norte. A amostra, por sua vez, consiste nos municípios pertencentes às diversas microrregiões do

estado, selecionados com base em critérios previamente estabelecidos, como a disponibilidade de dados do IEGM no período de 2015 a 2020. De acordo com Marconi e Lakatos (2001) e Gil (2002), a amostra é uma parte representativa do universo, selecionada de acordo com regras específicas. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa documental, utilizando informações públicas sobre o IEGM, disponíveis em relatórios do Tribunal de Contas do Estado, o que permitiu avaliar a efetividade da gestão municipal nas microrregiões, ao longo dos anos analisados.

Importante salientar que o intervalo de tempo escolhido para a análise foi definido em razão da realização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) nesse período, conforme divulgado em seu site oficial.

A análise dos resultados da pesquisa foi realizada por meio de tabelas, cada uma representando a avaliação geral das 19 microrregiões do Rio Grande do Norte no período de 2015 a 2020. Os níveis de classificação das notas do IEGM, já previamente definidos pelo próprio índice, foram mantidos. Esses níveis incluem as categorias altamente efetiva, muito efetiva, efetiva, em fase de adequação, e baixo nível de adequação (conforme a Figura 3), refletindo o grau de conformidade de cada gestão em relação aos critérios de avaliação estabelecidos. Dessa forma, a pesquisa não alterou essas classificações, mas sim as utilizou para identificar padrões de desempenho ao longo do tempo e realizar comparações das microrregiões no decorrer dos anos.

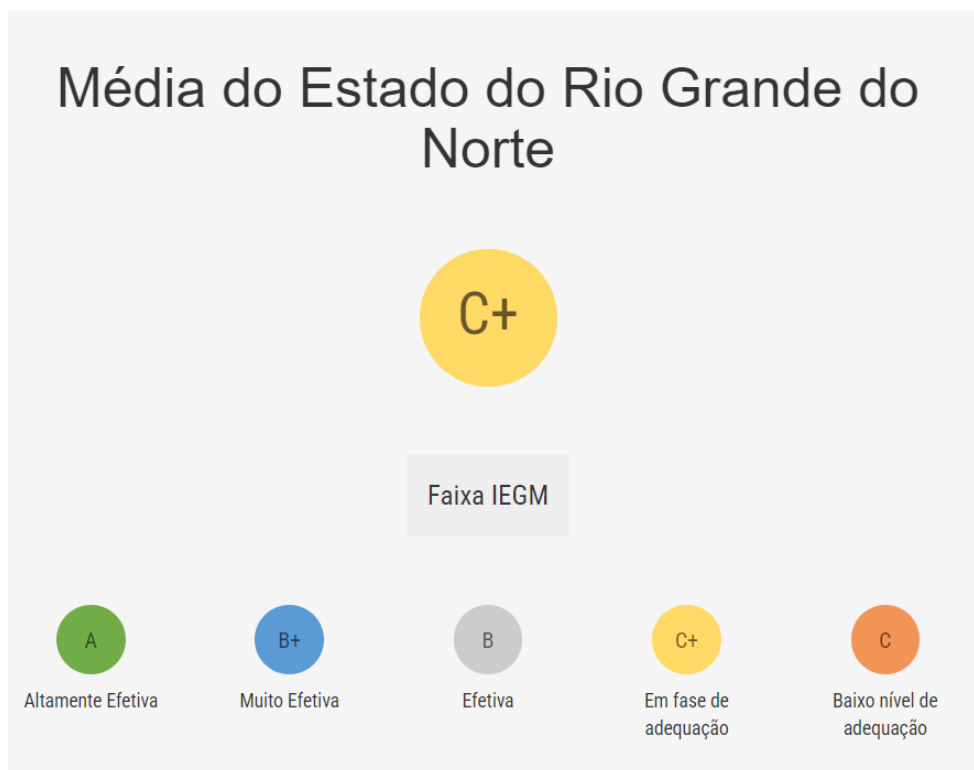
Referida análise permitiu identificar as microrregiões que apresentaram melhorias ou declínios na efetividade de suas gestões, buscando explicações para os fatores que possivelmente influenciaram essas variações. Dessa forma, foi possível observar as tendências e mudanças ocorridas ao longo dos anos, oferecendo um panorama acerca da evolução da gestão municipal em diferentes regiões do estado.

4 RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) no estado do Rio Grande do Norte. A análise irá explorar as 19 microrregiões, o que facilitará o entendimento da eficácia das políticas públicas e da gestão municipal em cada uma delas. Através da interpretação dos dados, será possível observar o desempenho em diferentes áreas, como educação, saúde, planejamento, fiscalidade, meio ambiente, gestão urbana e tecnologia da informação.

De início, importa salientar que os resultados obtidos revelam que nenhuma microrregião do Rio Grande do Norte alcançou o índice “A” (Altamente Efetiva), indicando uma carência geral de excelência na gestão pública. As classificações obtidas foram predominantemente nas categorias, “B” (Efetiva), “C+” (Em fase de adequação) e “C” (Baixo nível de adequação). Por sua vez, a categoria “B+” (Muito Efetiva) aparece com pouca frequência.

Figura 3 – Faixa IEGM



Fonte: TCERN (2020)

Um dado preocupante é que, no indicador de planejamento (“i-planej”), todas as 19 microrregiões apresentaram notas na categoria “C” (IEGM, 2020), o que reflete um problema sistêmico no estado. Essa ausência de um planejamento eficaz pode comprometer a implementação de políticas públicas e a capacidade de resposta às demandas da população, evidenciando a necessidade urgente de ações integradas que promovam melhorias nessa área crítica da gestão dos municípios norte-riograndenses.

A análise do índice da microrregião do Agreste Potiguar para os anos de 2015 a 2020 revela uma tendência de estagnação e queda em alguns aspectos da gestão pública. Em 2015, a educação foi avaliada como “B” (Efetiva), mas a nota declinou para “C+” em 2016 e permaneceu assim até 2018. Em 2019, houve uma nova queda para “C”, retornando para “C+” em 2020. Esses dados indicam que a efetividade da gestão educacional sofreu oscilações e não foi plenamente recuperada ao longo dos anos subsequentes.

A área da saúde manteve um desempenho relativamente constante, entretanto, em 2020, houve uma queda para “C+” (Em fase de adequação), sugerindo uma deterioração no nível de adequação das políticas de saúde, que pode estar ligada à sobrecarga do sistema devido à pandemia. A gestão fiscal manteve-se em “B” (Efetiva) de 2015 a 2018, mas caiu para “C” em 2019, subindo para “C+” em 2020. O desempenho ambiental foi consistentemente fraco, com uma nota “C” em todos os anos.

O indicador relacionado à gestão urbana também permaneceu com a nota “C” (Baixo nível de adequação) durante todo o período. No que tange à gestão de TI, a nota foi “C” em 2015 e 2016, subindo para “C+” em 2017. No entanto, em 2018 e 2019, houve um retorno para “C”, com nova elevação para “C+” em 2020. Apesar dessas variações, o nível de adequação permanece baixo.

Quadro 1 – IEGM do Agreste Potiguar

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C	C	C

2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C+
2018	C+	B	C	B	C	C	C
2019	C	B	C	C	C	C	C
2020	C+	C+	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

De forma geral, a análise do IEGM da microrregião do Agreste Potiguar revela gestões públicas em dificuldade para alcançar níveis elevados de efetividade. As áreas de saúde e educação, que são fundamentais para o bem-estar social, sofreram quedas, e outras dimensões, como o planejamento e a gestão urbana, permanecem com baixos níveis ao longo dos anos.

A análise da microrregião de Angicos entre 2015 e 2020 revela que os municípios sofreram variações em áreas-chave, como educação, saúde e fiscal, mas com desafios persistentes em outras áreas, como planejamento, meio ambiente e gestão urbana. Em 2015, o setor educacional foi avaliado com a nota “B” (Efetiva), mas a partir de 2016, houve uma queda para “C+” (Em fase de adequação), e em 2020, caiu ainda mais para “C” (Baixo nível de adequação). Essa queda progressiva na educação indica dificuldades na gestão das políticas educacionais e na manutenção de padrões de qualidade ao longo dos anos.

A saúde manteve-se em “B” (Efetiva) de 2015 a 2019, mas houve um declínio em 2020 para “C+”, possivelmente em razão da pandemia. A gestão fiscal foi “B” (Efetiva) em 2015 e 2016, sofreu uma oscilação em 2017, quando caiu para “C+”, retornando à nota “B” em 2018 e em seguida, intercalando novamente para “C+” (2019) e “B” (2020). Percebe-se que, embora a gestão fiscal consiga manter momentos de adequação, enfrenta alguns desafios para manter a consistência nas finanças públicas, sem conseguir atingir uma eficácia mais alta.

O desempenho ambiental foi fraco, com a nota “C” (Baixo nível de adequação) durante todos os anos. A gestão urbana também se manteve com nota “C” durante todo o período analisado, revelando uma carência contínua de melhorias. O desempenho em TI também sofreu oscilações, apresentando uma elevação modesta, que pode indicar uma tentativa de modernizar os processos administrativos com alguns percalços.

Quadro 2 – IEGM de Angicos

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C	C	C
2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	C+	C	C	C+
2018	C+	B	C	B	C	C	C+
2019	C+	B	C	C+	C	C	C
2020	C	C+	C	B	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

O IEGM da microrregião de Angicos demonstra um desempenho mediano na maioria das áreas avaliadas. Para melhorar a efetividade da gestão pública nos referidos municípios, seria necessário priorizar políticas estruturantes, especialmente nas áreas de planejamento e meio ambiente, que continuam a impactar o desenvolvimento regional.

A análise da microrregião de Baixa Verde revela um desempenho irregular nas várias dimensões avaliadas, com tendências de queda em áreas-chave e uma estagnação em outros aspectos da gestão pública. A queda no desempenho das áreas de educação e saúde, combinada com uma estagnação persistente no planejamento, meio ambiente, e gestão urbana,

aponta para modelos de governanças que tem enfrentado dificuldades em avançar com políticas eficazes.

A gestão fiscal também sofreu um declínio ao longo dos anos, o que pode impactar negativamente a capacidade de financiamento de projetos. Melhorias estruturantes nas áreas de planejamento e governança ambiental são necessárias para impulsionar o desenvolvimento e a qualidade de vida na região.

Quadro 3 – IEGM de Baixa Verde

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B+	C	C	C
2016	C	C+	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C+
2018	C+	B	C	B	C	C	C
2019	C+	C+	C	C	C	C	C
2020	C	C	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Em relação a microrregião de Borborema Potiguar, os resultados indicam oscilação no desempenho da educação, o que pode apontar para desafios contínuos em manter a consistência na oferta de serviços educacionais e no cumprimento de metas e políticas públicas na área. Em relação a saúde, manteve-se um desempenho positivo, sugerindo que a gestão da saúde dos municípios tem conseguido manter um nível de adequação às demandas da população. A gestão fiscal apontou para uma baixa em 2019 e 2020, enquanto o desempenho na área ambiental, gestão urbana e governo da TI foi fraco, permanecendo com a nota “C” em todos os anos.

Quadro 4 – IEGM de Borborema Potiguar

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B	C	C	C
2016	C	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C
2018	B	B	C	B	C	C	C
2019	C+	B	C	C+	C	C	C
2020	C	B	C	C+	C	C	C

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

A microrregião da Chapada do Apodi revela um cenário de baixa adequação em áreas importantes como planejamento, meio ambiente e gestão urbana. O setor educacional e de saúde apresentou uma performance instável ao longo dos anos, enquanto a gestão de TI, embora tenha modificado a situação em 2020, ainda pode ser considerado um nível insatisfatório.

A baixa adequação em algumas áreas (planejamento, ambiental e urbano) pode impedir um avanço no desenvolvimento regional. O declínio na gestão fiscal nos últimos anos também pode dificultar a capacidade da administração pública de realizar investimentos necessários para melhorar os serviços e a infraestrutura.

Quadro 5 – IEGM de Chapada do Apodi

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B+	C	C	C
2016	C	C+	C	B	C	C+	C

2017	C	C+	C	B	C	B	C
2018	C+	B	C	B	C	B	C
2019	C	B	C	C+	C	C	C
2020	C	C+	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Quanto a microregião de Litoral Nordeste, esta apresentou um desempenho relativamente bom em saúde durante todo o período e em finanças até 2018, mas com desafios persistentes em áreas como planejamento, meio ambiente e gestão urbana. Além disso, a recente queda na gestão fiscal pode afetar a capacidade de financiamento de projetos e políticas públicas. Investimentos em tecnologia da informação e políticas de sustentabilidade também são áreas prioritárias que precisam ser melhoradas para garantir uma melhor gestão pública.

Quadro 6 – IEGM do Litoral Nordeste

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C	C	C
2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C+
2018	B	B	C	B	C	C	C
2019	C+	B	C	C+	C	C	C+
2020	C	B	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

A microregião de Litoral Sul apresentou um desempenho estável na saúde até 2019, apresentando uma queda em 2020, o que pode ser justificado pela pandemia. Quanto a gestão fiscal, também apresentou estabilidade até 2018, mas enfrentou desafios em áreas como educação, planejamento, meio ambiente, gestão urbana e tecnologia da informação.

A queda progressiva no índice de educação e a persistente baixa adequação em planejamento e meio ambiente são sinais de que há necessidade de reformas estruturais para garantir um desenvolvimento mais razoável e sustentável. A falta de progresso nessas áreas pode comprometer o crescimento a longo prazo, e a melhoria desses setores deve ser uma prioridade para as administrações dos municípios.

Quadro 7 – IEGM do Litoral Sul

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C	C	C
2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C+
2018	C+	B	C	B	C	C	C
2019	C	B	C	C	C	C	C
2020	C	C+	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

No tocante à microrregião de Macaíba, embora a saúde e gestão fiscal tenha se destacado como um ponto forte na gestão pública dos municípios, outros setores, como educação, planejamento e meio ambiente, enfrentam desafios persistentes. A oscilação nas notas de educação indica uma necessidade de intervenções e estratégias para melhorar a eficiência e a qualidade deste serviço público.

Quadro 8 – IEGM de Macaíba

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B+	C	C	C
2016	C+	B	C	B	C	C+	C+
2017	C+	B	C	B	C	C+	C+
2018	B	B	C	B	C	C	C+
2019	C	B	C	B	C	C+	C+
2020	C	B	C	B	C+	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

A análise do IEGM da microrregião de Macau revela que, ao longo dos anos, os municípios apresentaram um desempenho geral mediano nos indicadores. A área de saúde destacou-se inicialmente como um ponto positivo, mas a maioria dos setores, especialmente planejamento, meio ambiente, gestão urbana e governo da TI manteve um desempenho insatisfatório. A instabilidade nas notas de educação, saúde e fiscal ao longo dos anos sugere a necessidade de políticas públicas mais consistentes e de longo prazo, com maior foco em planejamento estratégico e investimento nas demais áreas para promover melhorias efetivas nas gestões municipais.

Quadro 9 – IEGM de Macau

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C	B	C	B	C	C	C
2016	C	B	C	C+	C	C	C
2017	C	B	C	C+	C	C	C
2018	B	C+	C	B	C	C	C
2019	C+	B	C	C	C	C	C
2020	C	C+	C	C+	C	C+	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Por sua vez, o Médio Oeste apresentou uma gestão caracterizada por oscilações mínimas e desempenho mediano em praticamente todos os indicadores do IEGM, com exceção do setor de saúde, que foi relativamente mais eficaz. Áreas críticas como planejamento, meio ambiente e tecnologia da informação permaneceram em níveis baixos. A falta de avanços no planejamento e na gestão ambiental evidencia a necessidade de intervenções de políticas públicas, enquanto a estagnação em setores como a educação e a gestão urbana destaca a urgência de reformulações estratégicas para melhorar a qualidade de vida da população.

Quadro 10 – IEGM do Médio Oeste

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B	C	C	C
2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C
2018	C+	B	C	B	C	C	C
2019	C	B	C	C+	C	C+	C
2020	C	B	C	C+	C	C+	C

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Em relação à microrregião de Mossoró, a gestão da educação na microrregião de Mossoró apresenta um cenário de oscilação, recuando o desempenho em 2019 e 2020. O setor

de saúde apresenta um desempenho misto, porém a variação entre “B” e “C+” reflete esforços para manter a qualidade dos serviços. A gestão fiscal de Mossoró teve uma nota relativamente estável e eficiente até 2018, havendo um declínio em 2019 e uma leve recuperação em 2020.

A gestão ambiental apresentou um desempenho consistentemente baixo. Por outro lado, o indicador i-Cidade apresentou um avanço ao longo dos anos, culminando em 2020, quando a nota chegou a “B” (Efetiva), o que reflete uma melhora expressiva na gestão urbana e na eficiência da infraestrutura das cidades. O uso da tecnologia da informação no governo da microrregião de Mossoró apresentou um desempenho variado, com o melhor período em 2017 e 2018, retornando em 2019/2020 para os indicadores semelhantes aos de 2015/2016.

Quadro 11 – IEGM de Mossoró

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	C+	C	B	C	C	C+
2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C+	B
2018	B	C+	C	B	C	C+	B
2019	C+	C+	C	C	C	C	C
2020	C	C+	C	C+	C	B	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

A microrregião de Natal apresenta uma gestão pública relativamente estável em áreas como saúde, gestão fiscal e tecnologia da informação. Merece destaque positivo o uso de tecnologia da informação na gestão governamental, que teve um desempenho consistente, com notas altas, variando entre “B+” (Muito Efetiva) e “B” (Efetiva), o que reflete um bom nível de modernização e digitalização nos processos administrativos.

Em relação a educação, os dados indicam um retrocesso na qualidade do ensino e gestão educacional, requerendo atenção especial para melhorar o desempenho neste setor. A oscilação na gestão urbana sugere a persistência de desafios para manter-se estável, merecendo maior atenção para garantir um desempenho mais uniforme no decorrer dos próximos anos.

Quadro 12 – IEGM de Natal

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C+	B	B+
2016	B	C+	C	C+	C	C	B
2017	B	C+	C	B	C+	C	B
2018	B	B	C	B	C	B	B+
2019	C	B	C	B	C	B	B+
2020	C	B	C	B	C	C+	B

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Já a microrregião de Pau dos Ferros apresenta uma gestão pública com alguns desafios, especialmente nas áreas de educação, meio ambiente, infraestrutura urbana e tecnologia da informação. A área da saúde destaca-se positivamente por manter-se estável com nota “B” (Efetiva) ao longo de todo o período, de 2015 a 2020, refletindo uma boa continuidade nos serviços de saúde prestados à população.

A gestão fiscal mostra um desempenho misto. Nos anos de 2015, 2017 e 2018, o índice foi efetiva, mas em 2016, 2019 e 2020 houve uma queda para a fase de adequação, sinalizando inconsistências na administração financeira e na eficiência fiscal dos municípios. As áreas, excetuando a da saúde que se mantém estável, mostram pouca evolução ao longo

dos anos, demonstrando a necessidade de alguns esforços para promover melhorias.

Quadro 13 – IEGM de Pau dos Ferros

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B	C	C	C
2016	C+	B	C	C+	C	C	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C+
2018	B	B	C	B	C	C	C+
2019	C+	B	C	C+	C	C	C+
2020	C	B	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Em relação ao Seridó Ocidental, a educação oscila no decorrer dos anos e embora se mantenha em efetiva na maior parte do tempo, tem dificuldades de manter a qualidade de forma constante. A saúde apresenta uma trajetória de declínio, perdendo um pouco eficiência nos últimos anos. A gestão fiscal manteve uma boa performance até 2018, mas a partir de 2019, observa-se uma baixa, e, em 2020, subindo levemente para a fase de adequação.

A gestão ambiental apresenta poucas melhorias, permanecendo em baixo nível de adequação na maioria dos anos, indignando estagnação na implementação de políticas ambientais adequadas. A área de infraestrutura e serviços urbanos também não mostra progresso substancial, enquanto a tecnologia da informação, embora tenha havido progresso, ainda carece de avanços para uma modernização mais adequada.

Quadro 14 – IEGM do Seridó Ocidental

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B+	C	B	C	C	C
2016	B	B	C	B	C	C+	C
2017	C+	B	C	B	C	C	C
2018	B	B	C	B	C+	C	C+
2019	B	C+	C	C	C	C+	C+
2020	C+	C+	C	C+	C	C	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

A microrregião do Seridó Oriental demonstra um desempenho variável em diferentes áreas da gestão pública, com destaque para algumas melhorias, mas também para a persistência de desafios estruturais. A saúde é o indicador mais estável e de melhor desempenho, enquanto a educação e gestão fiscal enfrentam muitas variações, com um retrocesso no ano de 2020. Por sua vez, enfrenta dificuldades em gestão ambiental, infraestrutura urbana e tecnologia da informação. A queda em educação e a estagnação em outras áreas demonstram a necessidade de uma necessidade de gestão mais efetiva para promover melhorias sustentáveis nos municípios.

Quadro 15 – IEGM do Seridó Oriental

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C	C	C
2016	C+	B	C	B	C	C	C+
2017	C+	B	C	C+	C+	C	B
2018	B	B	C	B	C+	C	C+
2019	C+	B	C	B	C	C	C+

2020	C	B	C	C+	C	C	C+
-------------	----------	----------	----------	-----------	----------	----------	-----------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

A microrregião de Serra de Santana apresenta alguns pontos fortes, como a área de saúde até 2019, mas mostra uma tendência de declínio em vários índices, especialmente educação, gestão fiscal e tecnologia da informação. A gestão ambiental e urbana permanecem grandes desafios que aparentam carecer de investimentos e políticas mais eficazes para promover melhorias na qualidade dos serviços públicos.

Quadro 16 – IEGM de Serra de Santana

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B	C	C	C+
2016	C+	B	C	B	C	C	C+
2017	C+	B	C	C+	C	C	C+
2018	B	B	C	C+	C	C+	C
2019	C+	B	C	C+	C	C	C+
2020	C	C+	C	C+	C	C	C

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Em relação à microrregião de São Miguel, os índices demonstram um cenário de desempenho público marcado por algumas áreas com avanços modestos e outras com persistente estagnação, especialmente nas áreas de gestão ambiental, urbana e de tecnologia da informação, que apontam para um cuidado deficitário. Com avanços pontuais na saúde e na educação, a gestão fiscal também mostra uma tendência preocupante, mostrando que apesar da tentativa de se adequar, ainda está longe de uma boa gestão.

Quadro 17 – IEGM de Serra de São Miguel

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B	C	C	C
2016	B	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	C	C	C	C
2018	B	C+	C	C+	C	C	C
2019	C+	B	C	C	C	C	C
2020	C	B	C	C+	C	C	C

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Umarizal apresenta uma performance pública marcada por certa consistência em algumas áreas e desafios persistentes em outras, como a gestão ambiental e a cidade. A área da educação, permanece na maioria dos anos em fase de adequação. Em 2018 apresentou uma melhoria, mas nos últimos dois anos decaiu. O setor de saúde apresenta uma boa estabilidade, com a nota “B” (Efetiva) em todos os seis anos analisados. A gestão fiscal apresenta um desempenho flutuante, sem estabilidade. A gestão ambiental permanece estagnada em uma nota “C”, enquanto infraestrutura urbana também mostra um desempenho consistentemente baixo, com uma leve melhoria em 2020. O índice de tecnologia da informação apresenta um cenário semelhante ao da cidade, com uma melhora nos últimos dois anos.

Quadro 18 – IEGM de Umarizal

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	C+	B	C	B	C	C	C

2016	C+	B	C	B	C	C	C
2017	C+	B	C	C+	C	C	C+
2018	B	B	C	B	C	C	C
2019	C+	B	C	C+	C	C	C+
2020	C	B	C	C	C	C+	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Por fim, a microrregião de Vale do Açu revela um desempenho educacional que começa bem em 2015 e que foi decaindo nos últimos anos, revelando um baixo nível de educação em 2019 e 2020. O setor de saúde se manteve com uma nota “B” (Efetiva) de 2015 a 2018, demonstrando um bom desempenho. Contudo, nos dois últimos anos, houve uma queda para “C+” (Em fase de adequação), indicando que o setor passou por impactos na prestação dos serviços de saúde.

A gestão fiscal foi estável nos primeiros quatro anos, caindo e se recuperando levemente em 2020. A gestão ambiental não apresentou melhorias durante os seis anos analisados e a infraestrutura urbana sofreu uma leve oscilação, refletindo um esforço pontual de melhora em 2017, mas que não foi mantido nos anos subsequentes. O índice de tecnologia da informação permaneceu estagnado durante todo o período, com a nota “C+” (Em fase de adequação) em todos os anos, indicando que houve pouca inovação na adoção de tecnologias.

Quadro 19 – IEGM de Vale do Açu

ANO	i-Educ	i-Saúde	i-Planej.	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-Ti
2015	B	B	C	B	C	C+	C+
2016	C+	B	C	B	C	C+	C+
2017	C+	B	C	B	C	B	C+
2018	C+	B	C	B	C	C+	C+
2019	C	C+	C	C	C	C	C+
2020	C	C+	C	C+	C	C+	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Conforme indica Lima (2023), a análise do IEGM mostra um cenário variado, com diferenças nas classificações que apontam para os distintos desafios e progressos que cada microrregião enfrentou. Entre as regiões que se destacaram por manter uma boa consistência ao longo do tempo, o autor destaca os índices de saúde em Seridó Ocidental, Macaíba e Pau dos Ferros, que mantiveram classificações favoráveis ou apresentaram uma evolução contínua.

A partir de 2019, no entanto, Lima (2023) observa uma tendência geral de queda nos índices das microrregiões, provavelmente influenciada pela pandemia de COVID-19. Para o autor, essa diminuição pode estar associada a dificuldades enfrentadas pelos municípios, como limitações orçamentárias, mudanças nas atividades administrativas e a necessidade de responder rapidamente a novas demandas emergenciais.

Nos anos analisados, os resultados na área da saúde revelaram avanços nas microrregiões do Rio Grande do Norte. Das 19 microrregiões avaliadas, 16 conseguiram alcançar uma média geral classificada como “B” (efetiva), indicando um desempenho satisfatório na prestação de serviços de saúde. Contudo, três microrregiões – Chapada do Apodi, Baixa Verde e Mossororó – não atingiram essa média. Essa situação aponta para a necessidade de uma atenção especial e intervenções direcionadas nessas áreas, a fim de promover melhorias nos serviços de saúde.

Na área da educação, embora a média geral tenha sido inferior à da saúde, os resultados ainda podem ser considerados positivos. As microrregiões apresentaram médias

relativamente boas, refletindo esforços contínuos na busca pela qualidade educacional. Esses dados sugerem que, apesar dos desafios enfrentados, há um comprometimento com a melhoria do ensino.

Em relação à gestão fiscal, importante frisar que as microrregiões de Macaíba, Chapada do Apodi e Baixa Verde foram as únicas que alcançaram a nota “B+” (muito efetiva) no ano de 2015. No entanto, ao longo dos anos, observou-se uma tendência de queda nas notas dessas microrregiões, indicando a necessidade de atenção às práticas de gestão fiscal para garantir o retorno da sustentabilidade e a eficácia das finanças públicas.

No que diz respeito à área ambiental, à gestão urbana e à governança da Tecnologia da Informação (TI), as notas obtidas foram predominantemente baixas. Contudo, a microrregião de Natal destacou-se nesse cenário, sendo a única a obter uma média “B+” em governança de TI e “B” em gestão urbana. Esse desempenho sugere que, apesar das dificuldades enfrentadas por muitas microrregiões, Natal se mostra como um exemplo positivo em termos de gestão e inovação, refletindo um compromisso com a melhoria das práticas urbanas e a adoção de tecnologias que podem beneficiar a população.

Tabela 20 – IEGM das Microrregiões

Microrregião	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agreste Potiguar	C	C	C	C	C	C+
Angicos	C+	C	C	C+	C	C
Baixa Verde	C+	C	C	C	C+	C
Borborema Potiguar	C	C	C+	C+	C	C
Chapada do Apodi	C+	C	C	C+	C	C
Litoral Nordeste	C+	C+	C+	C+	C	C
Litoral Sul	C+	C	C+	C+	C	C
Macaíba	C+	C+	C+	C+	C+	C
Macau	C	C	C	C+	C	C
Médio Oeste	C+	C	C+	C	C	C
Mossoró	C	C	C+	C+	C	C
Natal	C+	C	C+	C+	C+	C
Pau dos Ferros	C+	C+	C+	C+	C+	C
Seridó Ocidental	C+	C+	C+	C+	C	C+
Seridó Oriental	C+	C+	C+	C+	C+	C
Serra de Santana	C+	C+	C	C+	C	C
Serra de São Miguel	C	C+	C	C	C	C
Umarizal	C+	C+	C	C+	C	C
Vale do Açu	C+	C+	C+	C+	C	C

Fonte: Elaborado com base em IEGM-TCE/RN (2023)

Como apresentado na Tabela 20, a média das microrregiões do Rio Grande do Norte apresenta nota “C”, indicando um baixo nível de adequação na gestão pública municipal. Esse resultado revela que muitas áreas enfrentam desafios e que os municípios estão aquém de um desempenho satisfatório. A classificação, dessa maneira, reflete a necessidade urgente de melhorias estruturais e aponta para limitações na capacidade de resposta das administrações, sinalizando que o esforço para aprimorar a gestão pública ainda não é suficiente para alcançar um nível mais elevado de adequação.

Há uma nítida necessidade de fortalecer políticas públicas e práticas de gestão, buscando elevar a efetividade, especialmente em setores críticos como planejamento, saúde e educação. Além disso, essa média demonstra a diversidade dos contextos locais, em que alguns municípios podem ter conseguido avanços mais consistentes, enquanto outros ainda se ajustam às demandas e dificuldades de governança. A tendência geral é de que com esforços e

melhorias contínuas, os índices possam evoluir, promovendo uma maior eficiência na gestão municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) no Rio Grande do Norte, entre 2015 e 2020, atendeu de forma satisfatória os objetivos propostos. O objetivo geral, que buscava observar as variações nos resultados do IEGM nas microrregiões do estado, com o intuito de compreender o comportamento da gestão pública em diferentes campos de desenvolvimento, foi alcançado. As análises apontaram variações de desempenho entre as microrregiões e áreas como educação, saúde, gestão fiscal e meio ambiente, proporcionando um cenário das dificuldades e avanços enfrentados pelos gestores municipais.

Em relação aos objetivos específicos, a relevância do IEGM na avaliação da gestão pública municipal ficou evidente ao longo das análises, uma vez que o índice se mostrou uma ferramenta importante para identificar pontos fortes e fracos das gestões locais. O estudo também destacou as variações de desempenho entre as microrregiões, permitindo um comparativo detalhado no período analisado. Dessa forma, a relação entre os índices nos seis anos indicou padrões de estagnação em áreas como planejamento e meio ambiente, enquanto outras áreas, como a gestão fiscal e saúde, apresentaram oscilações que refletiram os desafios da administração pública.

A problemática que questionava como a gestão pública das microrregiões do Rio Grande do Norte vem sendo desenvolvida com base nos resultados do IEGM também foi respondida. A análise dos dados revelou que, de maneira geral, a gestão pública apresentou um desempenho mediano, com variações entre microrregiões e áreas de atuação. Setores como educação e saúde mostraram oscilações que refletem tanto esforços quanto dificuldades, especialmente em resposta à pandemia, enquanto áreas como o planejamento urbano e o meio ambiente permanecem em níveis considerados insatisfatórios. O estudo evidenciou a necessidade de políticas públicas mais consistentes e investimentos estruturais para promover melhorias efetivas nos municípios norte-riograndenses.

O estudo realizado, embora detalhado, apresenta algumas falhas que podem ser aprimoradas em futuras pesquisas. Primeiramente, a falta de uma análise dos fatores que influenciam diretamente os resultados do IEGM nas diferentes microrregiões do Rio Grande do Norte é uma limitação. Não foram exploradas variáveis socioeconômicas, culturais ou políticas que possam ter impactado o desempenho das gestões. Além disso, o estudo não tratou o papel da participação popular e das políticas de transparência na avaliação da gestão pública, fatores que poderiam ter uma relação significativa com a efetividade observada. Outra possível falha é a ausência de uma comparação direta com outros estados ou regiões do país, o que limitaria a compreensão de como o Rio Grande do Norte se posiciona em um contexto mais amplo.

A partir da análise do IEGM nas microrregiões do Rio Grande do Norte de 2015 a 2020, futuros estudos podem explorar os fatores que influenciam as variações nos resultados entre as microrregiões, investigando como as dificuldades dos gestores impactam a eficácia das políticas públicas. Além disso, pode-se examinar a relação entre o IEGM e a qualidade dos serviços prestados à população, assim como o efeito da capacitação e continuidade administrativa no desempenho das gestões. Comparar o IEGM com estados vizinhos também pode revelar boas práticas a serem implementadas no RN.

REFERÊNCIAS

_____. **Mapa de mesorregiões do Rio Grande do Norte.** Baixar Mapas. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-mesorregioes-do-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 01 set. 2024.

AMORIM, André de Carvalho. **A utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) como ferramenta de avaliação de políticas públicas.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50556/a-utilizacao-do-indice-de-efetividade-da-gestao-municipal-iegm-como-ferramenta-de-avaliacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ASCOM/IDEMA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2023.** Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1357&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Socioecon%C3%B4micos>. Acesso em: 01 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Censo Agro 2017.** 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/16163-divisoes-regionais-do-brasil-1-5-000-000-divisoesregionaisdobrasil.html#:~:text=Entende%2Dse%20por%20Mesorregi%C3%A3o%20uma,lugares%2C%20como%20elemento%20da%20artricula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 ago. 2024.

IBGE. **Rio Grande do Norte - Panorama.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LANIS, Gustavo Pereira; BUENO, Newton Paulo. **Fatores que influenciam a eficiência da gestão orçamentária anual.** Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 21, p. 298-316, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/5318>. Acesso em: 05 set. 2024.

LIMA, Lucas Figueredo de. **Índice de efetividade da gestão municipal: análise dos indicadores entre as microrregiões do estado do Rio Grande do Norte.** 2023. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/56115>. Acesso em: 05 set. 2024.

MALHEIRO, Bruno Francisco. **Fatores explicativos da efetividade da gestão municipal: uma análise empírica do contexto brasileiro.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26742>. Acesso em: 05 set. 2024.

NOVO, Jean Marcel de Faria. **Indicador de efetividade da gestão municipal: instrumento de avaliação de capacidades estatais para implementação de políticas públicas descentralizadas.** Monografia (Especialização em Políticas Públicas) – Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E8A58908F018B1F0EDA8D2DBC>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SILVA, José Roberto da; RAMOS, Paulo Cesar Formiga; AGUIRRE, Moises Alberto Calle. **Uma análise sociodemográfica da qualidade dos gastos públicos com ensino fundamental: microrregiões do Rio Grande do Norte em 2015**. Revista Conhecimento Online, Novo Hamburgo, a. 15, v. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23607?mode=full>. Acesso em: 05 set. 2024.

SOARES, Thiago Coelho; SOARES, João Coelho; SOARES, Sandro Vieira. Pesquisa quantitativa em turismo: os dados gerados são válidos e confiáveis? **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 9, n. 1, p. 162-174, jun. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/6974>. Acesso em: 14 out. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **IEGM TCERN**. 2020. Disponível em: <https://iegm.tce.rn.gov.br/#/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal - Manual 2020**. Sergipe, 2020. Disponível em: https://www.tcese.tc.br/portاليةgm/SiteAssets/SitePages/manual/Manual_IEGM_2020.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.